

SUMÁRIO

Primeira Parte

ASPECTOS GERAIS DA CONFIANÇA

Capítulo 1

INTRODUÇÃO.....	19
------------------------	-----------

Capítulo 2

ESPERANÇA, EXPECTATIVAS E CONFIANÇA: UM ENFOQUE SOCIOLÓGICO	23
--	-----------

Capítulo 3

SEGURANÇA, ESTABILIDADE E CONFIANÇA COMO PREOCUPAÇÕES DO DIREITO	33
---	-----------

Capítulo 4

O PRINCÍPIO DA PROTEÇÃO DA CONFIANÇA COMO DIREITO FUNDAMENTAL.....	41
---	-----------

4.1. Proteção da confiança e os direitos fundamentais.....	41
--	----

4.2. Proteção da confiança e segurança jurídica.....	47
--	----

4.3. Proteção da confiança, o Estado de Direito e o princípio da legalidade.....	53
--	----

4.4. Proteção da confiança e a boa-fé objetiva.....	57
---	----

Capítulo 5

PROTEÇÃO DA CONFIANÇA EM RETROSPECTIVA: IRRETROATIVIDADE E PROTEÇÃO A SITUAÇÕES CONSOLIDADAS	63
---	-----------

5.1. A irretroatividade das leis.....	63
---------------------------------------	----

5.2. A proteção constitucional ao direito adquirido.....	71
5.2.1. O “direito adquirido a regime jurídico” na jurisprudência do STF	85

Capítulo 6

PROTEÇÃO DA CONFIANÇA EM PERSPECTIVA: CONCEITO E REGIME JURÍDICO-CONSTITUCIONAL	93
6.1. A base da confiança.....	94
6.2. A confiança objetivamente depositada na base.....	100
6.3. Exercício da confiança por meio de atos concretos	107
6.4. O ato estatal que frustra a confiança.....	109

Segunda Parte

PROTEÇÃO DA CONFIANÇA E PREVIDÊNCIA SOCIAL

Capítulo 7

PROTEÇÃO DA CONFIANÇA, PREVIDÊNCIA SOCIAL E O “FATOR TEMPO”	117
--	------------

Capítulo 8

PROTEÇÃO DA CONFIANÇA E A REFORMA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL	127
8.1. O controle de constitucionalidade das emendas à Constituição.....	129
8.2. Proteção da confiança e aspectos específicos das Emenda nº 103/2019.....	141
8.2.1. A “desconstitucionalização” da Previdência Social.....	141
8.2.2. As regras de transição da Emenda nº 103/2019 (presentes e ausentes).....	148
8.2.3. O tratamento desigual, nos regimes próprios de previdência social, entre servidores federais, estaduais, municipais e distritais: proteção da confiança e igualdade material	160

Capítulo 9

PROTEÇÃO DA CONFIANÇA E ALTERAÇÕES JURISPRUDENCIAIS EM MATÉRIA PREVIDENCIÁRIA	165
9.1. Proteção da confiança e demandas individuais previdenciárias.....	166
9.2. Proteção da confiança e os instrumentos de jurisdição coletiva.....	183
9.3. Proteção da confiança e os julgados vinculativos (“precedentes” ou “indexadores jurisprudenciais”).....	185

9.3.1. O efeito vinculante na jurisdição constitucional.....	185
9.3.2. Os provimentos vinculativos no Código de Processo Civil.....	194
9.4. Alterações de jurisprudência e modulação das declarações de inconstitucionalidade: instrumentos conformadores da proteção da confiança nos atos jurisdicionais.....	201
9.4.1. Generalidades.....	201
9.4.2. Modulação de efeitos no controle de constitucionalidade.....	214

Capítulo 10

PROTEÇÃO DA CONFIANÇA E A AUTOTUTELA ADMINISTRATIVA NO ÂMBITO PREVIDENCIÁRIO	227
10.1. Decadência aplicável a benefícios previdenciários	234
10.2. Proteção da confiança e prescrição em matéria previdenciária	243
10.3. Proteção da confiança e a regulamentação infralegal de benefícios previdenciários	249

Capítulo 11

CONSIDERAÇÕES FINAIS	257
REFERÊNCIAS	263
REFERÊNCIAS (NORMAS JURÍDICAS, ACÓRDÃOS E SÚMULAS)	285